



AGRUPAMENTO DE ESCOLAS DE VALE D'ESTE, BARCELOS

Sede - Escola Básica e Secundária de Vale D'Este, Viatodos, Barcelos - 343687

Rua das Fontainhas, 175 4775-263 Viatodos Telef. 252 960 200 Fax 252 960 209 Contr. 600 077 926



MARIA GORETI
CARVALHO FERREIRA
DA CRUZ ALMEIDA

Digitally signed by MARIA GORETI
CARVALHO FERREIRA DA CRUZ ALMEIDA
Date: 2022.03.30 08:28:17 Z

CONVITE PARA AJUSTE DIRETO

AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS DE VIAGENS AÉREAS

N/ref.^a:
ADG Nº 5 - 2022

1. ENTIDADE ADJUDICANTE

Escola Básica e Secundária de Vale D'Este, Viatodos, Barcelos (doravante designada por EA ou entidade adjudicante), com sede na Rua das Fontainhas, n.º 175, 4775-263 Viatodos – Barcelos, NIPC/NIF: 600 077 926, tel. 252 960 200 / fax: 252 960 209, endereço de correio eletrónico: agrupamentoviatodos@gmail.com.

2. DECISÃO DE CONTRATAR

A decisão de contratar foi tomada pelo Conselho Administrativo da EA, em 11 de março de 2022, no uso de competência própria [nos termos dos artigos 36.º do Código dos Contratos Públicos (doravante, CCP) e 38.º, al. c), do Decreto-Lei n.º 75/2008, de 22 de abril, com a redação que lhe foi introduzida pelo Decreto-Lei n.º 137/2012, de 02 de julho].

3. FUNDAMENTO DA ESCOLHA

Alínea d) do n.º 1 do artigo 20.º do CCP.

4. OBJETO DO PROCEDIMENTO

O presente procedimento tem por objeto a contratação de aquisição de serviços de VIAGENS AÉREAS – classificação do CPV 63510000-7 (Serviços de agências de viagem e serviços similares) – cfr. Regulamento (CE) n.º 213/2008, da Comissão, de 28 de novembro de 2007, publicado no Jornal Oficial da União Europeia, de 15 de março de 2008 – cujas especificações constam do Caderno de Encargos.

5. ESCLARECIMENTOS, RETIFICAÇÃO E ALTERAÇÃO DAS PEÇAS PROCEDIMENTAIS

5.1 - Os pedidos de esclarecimentos necessários à boa compreensão e interpretação do Convite e do Caderno de Encargos no âmbito do presente procedimento, bem como, a apresentação de uma lista na qual se identifiquem, expressa e

inequivocamente, os erros e as omissões das peças do procedimento, podem ser solicitados, através da plataforma eletrónica acinGov, até às 17h:30 do primeiro terço do prazo fixado para a apresentação da proposta.

5.2 - Os esclarecimentos e a pronúncia sobre a deteção dos erros e omissões identificados pelos interessados serão prestados pelo mesmo meio, apresentado no número anterior, até às 17h:30 do dia anterior ao termo do prazo fixado para apresentação da proposta.

6. ERROS E OMISSÕES DAS PEÇAS DO PROCEDIMENTO

6.1 - Consideram-se erros e omissões das peças do procedimento os que digam respeito a:

- a) Aspetos ou dados que se revelem desconformes com a realidade;
- b) Espécie ou quantidade de prestações estritamente necessárias à integral execução do objeto do contrato a celebrar;
- c) Condições técnicas de execução do objeto do contrato a celebrar que o concorrente não considere exequíveis;

6.2 - No mais, aplicar-se-á, com as necessárias adaptações, o disposto nos n.ºs 3 a 9 do artigo 50.º do CCP.

7. PRAZO APRESENTAÇÃO DA DECLARAÇÃO DA ENTIDADE CONVIDADA

A proposta, bem como os documentos que a acompanham, devem ser submetidos eletronicamente até às 17:30 h do dia 02/04/2022.

8. MODO DE APRESENTAÇÃO

8.1 - A proposta é apresentada através da plataforma eletrónica disponibilizada para o efeito (acinGov: www.acingov.pt), sendo que os procedimentos eletrónicos subjacentes garantem a assinatura eletrónica avançada que equivale, para todos os efeitos, ao envio dos mesmos em invólucro opaco e fechado de acordo com o disposto no Decreto-Lei n.º 104/2002, de 12 de abril.

8.2 - Todos os documentos da proposta têm de ser redigidos em língua portuguesa. Porém, quando pela sua própria natureza ou origem, estiverem redigidos noutra língua, deve o concorrente fazê-los acompanhar de tradução devidamente legalizada ou tradução não legalizada mas acompanhada de declaração do concorrente nos termos da qual este declare aceitar a prevalência dessa tradução não legalizada, para todos e quaisquer efeitos, sobre os respetivos originais.

9. DOCUMENTOS A APRESENTAR

Para apresentação da proposta é necessário o preenchimento dos devidos campos na plataforma eletrónica e inserção nos respetivos campos da plataforma eletrónica dos seguintes documentos:

- a) Declaração da entidade convidada da qual constem os termos e condições em que se propõe celebrar o contrato com a entidade adjudicante.
- b) Declaração do concorrente de aceitação do conteúdo do Caderno de Encargos, em conformidade com o modelo **Anexo I** do presente convite [cfr. Anexo I do CCP – “Declaração” (a que se refere a al. a) do n.º 1 do artigo 57.º do CCP)], a qual deve ser assinada pelo concorrente ou por representante que tenha poderes para o obrigar;
- c) Certidão de registo comercial da empresa ou código de acesso à certidão permanente “on-line”;
- d) A proposta dever conter a indicação dos serviços a fornecer, de onde resulte claro a observância das Especificações Técnicas estabelecidas no Anexo I ao Caderno de Encargos;

10. PRAZO DE VALIDADE

A proposta considerar-se-á válida e inalterada em todas as suas condições por um período de 66 (sessenta e seis) dias úteis contados desde a data do termo do prazo fixado para a sua apresentação.

11. EXCLUSÃO DA PROPOSTA

A proposta será excluída nos casos previstos no CCP e sempre que não esteja conforme com o previsto neste convite e no Caderno de Encargos, nomeadamente:

- a) Que tenha sido apresentada depois do termo fixado para a sua apresentação;
- b) Que não observe as formalidades do modo de apresentação da proposta fixadas no Convite;
- c) Que não apresenta algum dos atributos e documentos solicitados no presente Convite e no Caderno de Encargos.

12. NÃO ADJUDICAÇÃO

A EA reserva-se ao direito de não adjudicação ou anulação do presente procedimento adjudicatório, designadamente por necessidade superveniente de alteração de aspetos fundamentais das peças do procedimento ou em função de questões relacionadas com os pressupostos da decisão de contratar.

13. DECISÃO DE ADJUDICAÇÃO E DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

13.1 - No prazo de 5 (cinco) dias úteis, a contar da data da notificação da decisão de adjudicação, o adjudicatário deve apresentar:

- a) Declaração conforme o modelo constante do **Anexo II** ao presente Convite (Anexo II ao CCP);
- b) Documentos comprovativos de que não se encontra nas situações previstas nas alíneas b), d), e) e i) do artigo 55.º do CCP;
- c) Pronunciar-se sobre a minuta do contrato considerando-se esta aceite quando haja declaração expressa nesse sentido ou quando não haja reclamação nos 2 (dois) dias úteis subsequentes à respetiva notificação.

13.2 - Os documentos de habilitação devem ser apresentados em formato digital, através da plataforma eletrónica acinGov: www.acingov.pt, sem prejuízo do disposto nos números seguintes.

13.3 - A apresentação poderá ser substituída por indicação do endereço internet onde aqueles possam ser consultados, bem como da informação necessária à respetiva consulta, nos termos do artigo 5.º da Portaria n.º 372/2017, de 14 de dezembro.

13.4 - Quando o Adjudicatário tenha prestado consentimento, nos termos do artigo 4.º do Decreto-Lei n.º 114/2007, de 19 de abril, para que a EA consulte a informação prevista no artigo 5.º da Portaria n.º 372/2017, de 14 de dezembro, é dispensada a sua apresentação ou a indicação referida no número anterior. Para esse efeito, informa-se que a EA é o contribuinte n.º 600 077 926, podendo com esse número o concorrente formalizar o consentimento junto da entidade competente para tal. O documento comprovativo do consentimento concedido deverá constituir documento de habilitação a apresentar através da sobredita plataforma eletrónica.

13.5 - Verificando-se irregularidades nos documentos apresentados em sede de habilitação, será, nos termos do artigo 115.º, n.º 1, al. j), do CCP, concedido um prazo de 2 (dois) dias úteis para a respetiva supressão.

14. CADUCIDADE DA ADJUDICAÇÃO

A adjudicação caduca nomeadamente se:

- a) Por facto que lhe seja imputável, o Adjudicatário não apresentar os documentos de habilitação, nos termos dos artigos 86.º e 87.º do CCP;
- d) Por facto que lhe seja imputável, o Adjudicatário não assinar o contrato, seguindo-se quanto ao mais o regime previsto no artigo 105.º, n.ºs 1 e 2, do CCP;
- e) Não apresentar quaisquer outros documentos dos referidos no ponto 13 supra.

15. CAUÇÃO

Não é exigida a prestação de caução nos termos da al. a) do n.º 2 do artigo 88.º do CCP.

16. FORMALIZAÇÃO DO CONTRATO

O contrato a celebrar obedecerá à forma escrita.

17. LEGISLAÇÃO APLICÁVEL

Em tudo aquilo que o presente anexo seja omissos aplica-se o disposto no CCP e demais legislação aplicável.

Viatodos, 30 de março de 2022

O Presidente do Conselho Administrativo

Luís Dias Ramos

ANEXO I

DECLARAÇÃO – A QUE SE REFERE A ALÍNEA a) DO N.º 1 DO ARTIGO 57º DO CCP

- ... (nome, número de documento de identificação e morada), na qualidade de representante legal de (1)... (firma, número de identificação fiscal e sede ou, no caso de agrupamento concorrente, firmas, números de identificação fiscal e sedes), tendo tomado inteiro e perfeito conhecimento do caderno de encargos relativo à execução do contrato a celebrar na sequência do procedimento de... (designação ou referência ao procedimento em causa) e, se for o caso, do caderno de encargos do acordo-quadro aplicável ao procedimento, declara, sob compromisso de honra, que a sua representada (2) se obriga a executar o referido contrato em conformidade com o conteúdo do(s) mencionado(s) caderno(s) de encargos, relativamente ao qual declara aceitar, sem reservas, todas as suas cláusulas.

2 - Declara também que executa o referido contrato nos termos previstos nos seguintes documentos, que junta em anexo

(3):

a)...

b)...

3 - Declara ainda que renuncia a foro especial e se submete, em tudo o que respeitar à execução do referido contrato, ao disposto na legislação portuguesa aplicável.

4 - Mais declara, sob compromisso de honra, que não se encontra em nenhuma das situações previstas no n.º 1 do artigo 55.º do Código dos Contratos Públicos.

5 - O declarante tem pleno conhecimento de que a prestação de falsas declarações implica, consoante o caso, a exclusão da proposta apresentada ou a caducidade da adjudicação que eventualmente sobre ela recaia e constitui contraordenação muito grave, nos termos do artigo 456.º do Código dos Contratos Públicos, a qual pode determinar a aplicação da sanção acessória de proibição do direito de participar, como candidato, como concorrente ou como membro de agrupamento candidato ou concorrente, em qualquer procedimento adotado para a formação de contratos públicos, sem prejuízo da participação à entidade competente para efeitos de procedimento criminal.

6 - Quando a entidade adjudicante o solicitar, o concorrente obriga-se, nos termos do disposto no artigo 81.º do Código dos Contratos Públicos, a apresentar os documentos comprovativos de que não se encontra nas situações previstas nas alíneas b), d), e) e i) do n.º 1 do artigo 55.º do referido Código.

7 - O declarante tem ainda pleno conhecimento de que a não apresentação dos documentos solicitados nos termos do número anterior, por motivo que lhe seja imputável, determina a caducidade da adjudicação que eventualmente recaia sobre a proposta apresentada e constitui contraordenação muito grave, nos termos do artigo 456.º do Código dos Contratos Públicos, a qual pode determinar a aplicação da sanção acessória de privação do direito de participar, como candidato, como concorrente ou como membro de agrupamento candidato ou concorrente, em qualquer procedimento

adotado para a formação de contratos públicos, sem prejuízo da participação à entidade competente para efeitos de procedimento criminal.

... (local),... (data),... [assinatura (4)].

(1) Aplicável apenas a concorrentes que sejam pessoas coletivas.

(2) No caso de o concorrente ser uma pessoa singular, suprimir a expressão 'a sua representada'.

(3) Enumerar todos os documentos que constituem a proposta, para além desta declaração, nos termos do disposto nas alíneas b) e c) do n.º 1 e nos n.ºs 2 e 3 do artigo 57.º ou na subalínea i) da alínea b) ou alínea c) do n.º 3 do artigo 256.º-A, conforme aplicável.

(4) Nos termos do disposto nos n.ºs 4 e 5 do artigo 57.º.

ANEXO II

A QUE SE REFERE A ALÍNEA A) DO N.º 1 DO ARTIGO 81.º DO CCP

1 - ... (nome, número de documento de identificação e morada), na qualidade de representante legal de (1)... (firma, número de identificação fiscal e sede ou, no caso de agrupamento concorrente, firmas, números de identificação fiscal e sedes), adjudicatário(a) no procedimento de... (designação ou referência ao procedimento em causa), declara, sob compromisso de honra, que a sua representada (2) não se encontra em nenhuma das situações previstas no n.º 1 do artigo 55.º do Código dos Contratos Públicos.

2 - O declarante junta em anexo [ou indica ... como endereço do sítio da Internet onde podem ser consultados (3)] os documentos comprovativos de que a sua representada (4) não se encontra nas situações previstas nas alíneas b), d), e) e i) do n.º 1 do artigo 55.º do Código dos Contratos Públicos.

3 - O declarante tem pleno conhecimento de que a prestação de falsas declarações implica a caducidade da adjudicação e constitui contraordenação muito grave, nos termos do artigo 456.º do Código dos Contratos Públicos, a qual pode determinar a aplicação da sanção acessória de privação do direito de participar, como candidato, como concorrente ou como membro de agrupamento candidato ou concorrente, em qualquer procedimento adotado para a formação de contratos públicos, sem prejuízo da participação à entidade competente para efeitos de procedimento criminal.

... (local),... (data),... [assinatura (5)].

(1) Aplicável apenas a concorrentes que sejam pessoas coletivas.

(2) No caso de o concorrente ser uma pessoa singular, suprimir a expressão 'a sua representada'.

(3) Acrescentar as informações necessárias à consulta, se for o caso.

(4) No caso de o concorrente ser uma pessoa singular, suprimir a expressão 'a sua representada'.

(5) Nos termos do disposto nos n.ºs 4 e 5 do artigo 57.º.